



Estado do Espírito Santo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA**  
*“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”*  
*“Deus seja Louvado”*

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**Projeto de Lei:** 53/2026

**Processo:** 880/2026

**Autoria:** Ana Carolyna Caldeira Moura

**Assunto:** Institui o Selo Municipal ‘Ambiente Acessível de Vila Velha’ para reconhecimento de estabelecimentos comerciais, de serviços e equipamentos públicos que adotem medidas de acessibilidade física, comunicacional e atitudinal superiores às exigidas na legislação vigente, no âmbito do Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, e dá outras providências.

**I – RELATÓRIO**

A tramitação desta matéria teve início em 04/03/2026, sendo encaminhada à Comissão de Justiça e Redação para análise e elaboração de parecer quanto aos seus aspectos Constitucionais e Redacionais.

Conforme determina os ensinamentos constitucionais e infralegais ao apresentar um Projeto de Lei deve vir acompanhado de sua justificativa, desse modo nas palavras do legislador proponente o presente Projeto de Lei tem como justificativa:

O presente Projeto de Lei tem por finalidade instituir, em Vila Velha, o Selo Municipal “Ambiente Acessível de Vila Velha”, como instrumento de reconhecimento e incentivo a estabelecimentos e equipamentos públicos que se destaquem na promoção da acessibilidade, indo além do mínimo exigido pela legislação.

Embora a legislação federal, estadual e municipal já estabeleça normas obrigatórias de acessibilidade, a experiência prática demonstra que muitos ambientes permanecem com barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais que dificultam ou impedem o pleno exercício de direitos por pessoas com deficiência, pessoas idosas, pessoas com mobilidade reduzida, gestantes e famílias com crianças. A criação de um selo municipal honorífico permite reconhecer e valorizar aqueles que, de forma voluntária, decidem investir em acessibilidade de maneira mais ampla, transparente e permanente.





Estado do Espírito Santo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA**  
*“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”*  
*“Deus seja Louvado”*

A proposta aqui apresentada não cria benefícios fiscais automáticos, nem gera obrigações financeiras diretas ao Município, concentrando seu impacto na esfera simbólica e reputacional. Ao disponibilizar um selo oficial, amplamente divulgado, o Município contribui para que consumidores e usuários identifiquem, com facilidade, ambientes mais preparados para receber todas as pessoas com segurança, conforto e respeito. Isso fortalece, inclusive, a competitividade de empresas locais, em especial nos setores de comércio, serviços, turismo, cultura e lazer.

Além disso, o projeto estabelece diretrizes que permitem a participação de conselhos municipais e de entidades representativas de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida na definição de critérios de avaliação e no acompanhamento do Selo. Esse desenho estimula o controle social, a transparência e o aperfeiçoamento contínuo das políticas de acessibilidade, em consonância com os princípios da inclusão e da dignidade da pessoa humana.

Importante registrar que o texto propõe a utilização preferencial de estruturas administrativas já existentes, bem como processos de avaliação e vistoria que possam ser gradativos, de acordo com a capacidade técnica e orçamentária do Município. Dessa forma, o projeto é compatível com a realidade fiscal de Vila Velha e se apresenta como instrumento eficiente de estímulo à acessibilidade sem criação de novas despesas obrigatórias.

Diante do exposto, o Selo Municipal “Ambiente Acessível de Vila Velha” representa uma medida simples, de baixo custo e alto impacto social, capaz de fomentar uma cultura de cuidado e respeito às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, consolidando Vila Velha como cidade mais inclusiva e acolhedora para todos.

Por essas razões, conto com o apoio dos nobres Pares para aprovação deste Projeto de Lei.

## II - PARECER DO RELATOR

Inicialmente, ao ser feito uma análise sobre a legalidade e constitucionalidade de um Projeto de Lei Municipal deve ser observado as regras e princípios da Constituição Federal, Estadual e a Lei Orgânica do Município de Vila Velha (LOM/VV). A presente análise se inicia com as regras infraconstitucionais, posteriormente adentrando nos ensinamentos constitucionais.





Estado do Espírito Santo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA**  
“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”  
“Deus seja Louvado”

Antes, para contribuir com a presente análise a doutrina pátria explana sobre as tipologias das inconstitucionalidades e quando uma matéria incorre em vício, inicialmente ensina André Ramos Tavares:

*“A primeira ocorrência recebe a denominação de inconstitucionalidade material, substancial ou intrínseca. A segunda, por seu turno, é denominada inconstitucionalidade formal, ou extrínseca. A nomenclatura intrínseca/extrínseca, como se percebe, toma como critério a própria lei. Assim, se o conteúdo (aspecto intrínseco) não estiver de acordo com o conteúdo constitucional, há inconstitucionalidade material”. Ao contrário, se o conteúdo estiver em coerência com o conteúdo constitucional, mas considerada a lei pela ótica de como se originou, observa-se que houve o desatendimento de condições constitucionais (que fazem parte, evidentemente, do conteúdo da Constituição), há uma inconstitucionalidade de cunho meramente formal, extrínseco ao conteúdo da lei (Tavares, André Ramos Curso de direito constitucional / André Ramos Tavares. – 10. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2012.)*

Explica também, Gilmar Mendes:

*"A inconstitucionalidade pode ser material, quando o conteúdo da norma fere a Constituição, ou formal, quando há desrespeito ao processo legislativo previsto na Constituição." (Curso de Direito Constitucional, 11ª ed., São Paulo: Saraiva, 2023.)*

Além da observância aos requisitos formais e materiais, é fundamental que toda norma respeite os princípios constitucionais que regem a Administração Pública. Nesse sentido, o Art. 37, caput, da Constituição Federal, estabelece que:

**Art. 37.** *A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).*

Dito isso, ao analisar as regras previstas na Lei Orgânica Municipal do município de Vila Velha (LOM/VV) é possível notar que a presente proposta está em consonância com a competência legislativa concedida aos Vereadores, não há vício de iniciativa (formal), quando o legislador adentra em matéria que é de competência privativa do chefe de Poder





Estado do Espírito Santo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA**  
“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”  
“Deus seja Louvado”

Executivo Municipal, o comando legal que versa sobre a matéria é o art. 34, p.º, I, II, III, da LOMVV, veja:

*Art. 34 A iniciativa de lei cabe a qualquer Vereador, às Comissões da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, satisfeitos os requisitos legais.*

*Parágrafo Único - São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:*

*I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, indireta ou fundacional, bem como regime jurídico de seus servidores, aumento de sua remuneração, vantagens e aposentadoria;*

*II - organização administrativa do Poder Executivo e matéria orçamentária. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 44/2011)*

*III - criação de Guarda Municipal e fixação ou modificação de seus efetivos.*

Logo, na esfera da análise municipal não há nenhum óbice legal. Superada a análise no plano municipal é necessário analisar-se os ditames da Constituição tanto a Estadual como a Federal.

Nessa linha de raciocínio a Constituição Estadual<sup>1</sup> e Federal<sup>2</sup> em seus arts. 28, I e 30, I, respectivamente expõem que compete ao município legislar sobre assuntos de interesse local, encaixando-se perfeitamente com a presente proposta.

Nessa baila, ensina Celso Antônio Bandeira de Melo que:

*"O critério para delimitação da competência legislativa municipal é o interesse local. Sempre que um tema for preponderantemente de interesse da municipalidade, cabe ao ente local legislar sobre ele." (Curso de Direito Administrativo, 34ª ed., São Paulo: Malheiros, 2019.)*

Diante do exposto, não se identificam vícios formais ou materiais no presente Projeto de Lei, que respeita os princípios da Constituição Federal, Estadual e da Lei Orgânica

<sup>1</sup> **Art. 28.** Compete ao Município:

I - legislar sobre assunto de interesse local;

<sup>2</sup> **Art. 30.** Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;





Estado do Espírito Santo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA**  
“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”  
“Deus seja Louvado”

Municipal. Assim, a Comissão de Justiça e Redação manifesta-se favoravelmente ao prosseguimento regimental da proposta.

**III - PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

A **Comissão de Justiça e Redação** entende ser o Projeto de Lei nº **53/2026**, *legal e constitucional*, sendo, portanto, favorável ao prosseguimento regimental interno.

Vila Velha/ES, 12 de março de 2026.

**IVAN CARLINI**

Presidente/Relator

**DR. HÉRCULES**

Membro

**DEVACIR RABELO**

Membro



# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vilavelha.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 340032003200380032003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **VEREADOR IVAN CARLINI** em **16/03/2026 12:04**

Checksum: **14EA518BDC4DF788406B5C7A411E13F53902E3CB375158D49B60CA6F05FA6698**

Assinado eletronicamente por **VEREADOR DOUTOR HÉRCULES** em **30/03/2026 14:35**

Checksum: **4DA5A2F3E436A2314B24FC718123B656DCAF5B1925D513A6A2EBEDDA70C417AF**

